

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO:

DELTA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 36.823.302/0001-07, com sede na Av. Engenheiro Emiliano Macieira, Rodovia BR 135, nº 25, sala 03 Pedrinhas, São Luís - MA, CEP nº 65.095-603, representada por Karim Bacha, CPF nº 601.404.459-00, já devidamente qualificada nos autos, vem, mui respeitosamente, por seu representante legal, que esta subscreve, com fulcro no art. 4º, XVIII da Lei nº 10.520/2002, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão proferida via sistema.

requerendo que reconsidere a decisão ou faça-o subir à autoridade superior.
Requer a atribuição de efeito suspensivo.
Pede deferimento

RAZÕES DE RECURSO

Com fulcro no art. 4º, XVIII da Lei nº 10.520/2002, denota-se o cabimento do presente recurso que visa a reconsideração da decisão proferida, para tanto, dispõe o supracitado dispositivo:

"Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

XVIII - ... qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; "

Conforme o acima exposto, o presente recurso mostra-se tempestivo, haja vista, que, tão logo ocorreu a validação da proposta das empresas já citadas e sendo aberto o prazo para registro de intenção de recurso pelo pregoeiro, o mesmo fora realizado tempestivamente pela empresa DELTA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, ora recorrente.

II - DOS FATOS

a empresa usou tributação do simples nacional realizando cortes em sua planilha onde já a lei 8.666/93, informa os serviços que não podem ser cotado no simples nacional como serviços de vigia.
já que o princípio da isonomia e trazer legalidade ao certame

neste fato pedimos deferimento para inabilitar a proposta da empresa vencedora neste certame

Fechar